

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.639 - SP (2019/0296971-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**SUSCITANTE** : JUÍZO AUDITOR DA 1A AUDITORIA DA 2A CIRCUNSCRIÇÃO  
JUDICIÁRIA MILITAR DA UNIÃO  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DO FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA  
FUNDA - DIPO 4 - SÃO PAULO - SP  
**INTERES.** : EM APURAÇÃO  
**INTERES.** : JUSTIÇA PÚBLICA

**EMENTA**

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PENSÃO POR MORTE. RECEBIMENTO INDEVIDO. FILHA DE EX-POLICIAL MILITAR. UNIÃO ESTÁVEL. FRAUDE EM DETRIMENTO DE ENTIDADE DE DIREITO PÚBLICO ESTADUAL. SPPREV. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL.

1 - Conflito de competência suscitado nos autos de procedimento administrativo no âmbito da São Paulo Previdência - SPPREV com vistas à apuração de recebimento indevido de pensão por morte por filha de ex-militar, que teria omitido, dolosamente, a condição de que convivia em união estável, para permanecer como beneficiária.

2 - Verificado que a fraude foi praticada em detrimento da SPPREV, entidade de direito público estadual responsável pela gestão e pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores civis e militares do Estado de São Paulo, a competência para processamento e julgamento do feito é da Justiça Comum Estadual.

3 - Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito do Foro Central Criminal Barra Funda - DIPO 4 - São Paulo-SP, o suscitado.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer do conflito e declarar competente o suscitado, Juízo de Direito do Foro Central Criminal Barra Funda - DIPO 4 - São Paulo-SP, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Joel Ilan Paciornik, Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE), Laurita Vaz, Jorge Mussi, Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Nefi Cordeiro.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019 (data do julgamento)

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator